

Carta do I Encontro de Mulheres Munduruku do Médio e Alto Tapajós -PA

Nós, mulheres guerreiras Munduruku, estivemos reunidas com outras mulheres de grandes lutas dos povos Apiaká, Baré, Borari, Katxuyana, Karipuna, Tupinambá e nossos caciques, guerreiros, professores, cantores, artesão e as organizações indígenas – Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB, Movimento Munduruku Ipereg Ayu, Federação dos Povos Indígenas do Pará - FEPIPA, Articulação dos Povos Indígenas do Amapá e Norte do Pará- APOIANP, na aldeia Praia do Índio, durante os dias 21 a 24 de novembro de 2016, discutindo sobre os desafios da nossa luta e ameaças aos nossos direitos.

Hoje, são as mulheres que estão se manifestando. A preocupação também é de todas as mulheres indígenas no Brasil. Sabemos que a ameaça é muito grande e provoca a matança dos nossos filhos. Queremos deixar bem claro para o governo, que nós, mulheres indígenas, somos do mesmo sangue e por isso nossa reivindicação é única: defender o nosso território, nosso rio e nossa floresta, que é nossa mãe. Por causa do Governo, ela está derramando lágrimas. Lágrimas que caem como o leite de nosso peito. O que mata o nosso direito, o nosso modo de viver, a gente sente em nosso estômago.

Isso porque seus projetos de lei, emendas constitucionais, decretos e portarias servem somente para alimentar o capitalismo e a colonização com a qual sofremos há mais de 500 anos. Transformam tudo que nos mantém vivos em mercadoria, mandam tudo para fora e quem sofre somos nós, povos indígenas, populações tradicionais e minorias. Falam em tecnologia avançada, mas ela não está servindo para nós e para a floresta. O que chamam de “energia limpa” é para barrar o rio, destruir vidas humanas, peixes, animais, toda a floresta. Então estamos falando também junto com esses que não têm como se defender.

Estamos sendo atacados por todos os lados. Onde o Estado deveria fiscalizar, fica ausente, e deixa entrar nas nossas terras garimpeiros, madeireiros, palmiteiros e outros invasores. Além disso, nossas terras são submetidas aos grandes empreendimentos e projetos, como é o caso de Daje Kapap (Sawre Muybu), que é um grande campo de interesses.

Disseram que cancelaram a hidrelétrica de São Luiz, mas as empresas interessadas na construção e o próprio Governo estão contestando a nossa terra tradicional. Isso porque querem não só construir a barragem, mas também trazer grandes mineradoras e madeireiras para destruir nossos locais sagrados, as áreas em que caçamos, pescamos, coletamos nossos frutos, sementes, raízes. Dizem que existe um marco temporal para definir o que é terra indígena, mas sabemos que isso é inconstitucional. Ignoram que estamos aqui a mais tempo do que eles mesmos começaram a contar sua “história do Brasil”.

Para tomar suas medidas, impor seus projetos de morte, o governo não está nos consultando conforme prevê a Convenção 169-OIT, nossos protocolos e forma de organizações.

Sabemos das armadilhas e manobras do governo. Querem acabar com a FUNAI, SESAI, instituições destinadas a garantir e defender, junto com a gente, os direitos dos povos indígenas. Estão diminuindo recursos, nomeando pessoas que não tem envolvimento com a causa indígena.

Sabemos que nada que conquistamos foi dado pelo governo, foi sempre uma briga para isso. Muitas lideranças indígenas derramaram e continuam derramando o sangue para ter essa conquista. E nós vamos continuar, não vamos deixar essa luta e, por isso, estamos fortalecendo as nossas alianças com todos os povos e populações da Amazônia e do Brasil.

A cada tentativa do governo de colocar os povos indígenas uns contra os outros, bem como contra os demais seguimentos, a gente se une mais, pois estamos atentos e vigilantes.

Sempre vamos a Brasília tentar conversar com vocês sobre o que está acontecendo na nossa região e nos recebem com policiais nas portas e com spray de pimenta. Por que é proibido entrar na “casa do povo”? Quando os políticos vão para Jacareacanga e para as nossas aldeias pedir nossos votos, não são recebidos com violência.

Queremos dizer para o governo que nós mulheres indígenas somos capazes de ensinar. Se quiser, a gente pode ensinar como se cuida do território. Não vamos abrir mão dos nossos territórios tradicionais e nem da Amazônia. Não queremos mais ouvir o “Odaxijom! Odaxijom! Odaxijom!”, o pedido de socorro de nossa Mãe Terra, e nem o choro das nossas crianças.

Estamos vivas como mulheres, como mães e juntas dizemos basta!

- exigimos a aceleração da demarcação das Terras Indígenas do Brasil, principalmente a Terra Indígena Daje Kapap (Sawre Muybu), Terra Indígena Sawre Jaybu, Terra Indígena Sawre Apompu, Terra Indígena Katxuyana-Tunayana, Terra Indígena Maró, Cobra Grande e Terra Indígena Alter do Chão;

- sabemos que o prazo que o próprio governo estabeleceu, de 180 dias depois da publicação do RCID de Daje Kapap (Sawre Muybu) para dar andamento ao processo demarcatório, não foi cumprido. Exigimos a demarcação desse nosso território tradicional, de importância cosmológica para todo o povo Munduruku.

- repudiamos qualquer tentativa de dificultar ainda mais os processos administrativos de demarcação das Terras Indígenas e de justificar invasões e explorações econômicas nos nossos territórios, como a PEC 215, portaria 303 da AGU, o projeto de lei de mineração em terras indígenas (PL 1610), ou qualquer outra medida que formalize as condicionantes da TI Raposa Serra do Sol, que não se aplicam a nós e a nenhuma terra indígena nesse País;

- Não aceitamos qualquer tipo de criminalização de nossas lideranças indígenas e de povos e comunidades tradicionais que lutam em defesa dos nossos direitos e pela garantia do bem viver das gerações que virão;

- Exigimos o fim dos projetos de morte para a nossa Amazônia, como portos, hidrovias, mineração, hidrelétricas, concessão florestal e outros;

- exigimos que os Senadores votem contra a PEC da morte (PEC 241/55) e que o Governo não rasgue a Constituição de 88 e não retroceda nos direitos conquistados pelo povo;

-exigimos que o Governo respeite o Protocolo de Consulta Munduruku, as formas de consulta de todos os povos e nossas decisões.

Sawe!

Rio Tapajós, 25 de novembro de 2016